



Corpo, trabalho e dominação social: plataformas digitais e empreendedorismo de subsistência¹

Roger Carlos Ferreira Alves SANTOS²
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE

Resumo

O presente texto parte da realidade concreta do capitalismo contemporâneo, ao observarmos a disseminação do discurso do empreendedorismo permeando os *slogans* e publicidade das plataformas digitais – aplicativos de entregas – destinadas aos entregadores, sejam *motoboys* ou *bikers*, além do incentivo a essa prática pelos meios de comunicação. Num cenário de desemprego estrutural, a crise sanitária desencadeada pelo novo coronavírus ampliou os seus impactos em escala global. No Brasil, prolifera uma quantidade significativa de pessoas desocupadas, como atestam os dados da PNAD Contínua do IBGE referentes ao segundo trimestre móvel de 2020. Desta forma, levam a cabo o estatuto do corpo como empreendimento. Embora em alguns casos reconheçam a falácia da narrativa, a necessidade de sobrevivência atua no sentido da adesão a essa modalidade de trabalho precário mediado por tecnologias digitais, frente às escassas opções de empregos formais. Quando os avanços tecnológicos atingem patamares inimagináveis, as novas formas e combinações entre capital, mercado e neoliberalismo demonstram tacitamente seus vínculos com a dominação social para assegurar o funcionamento do circuito produção-circulação-consumo. O propósito do presente artigo é suscitar algumas reflexões sobre a condição de empreendedorismo de subsistência à qual são submetidos centenas de milhares de corpos na contemporaneidade.

Palavras-chave: corpo; trabalho; empreendedorismo.

Introdução

Faz algum tempo que um *slogan* – daqueles que se assimilam inconscientemente – ganha destaque na programação da Rede Globo³ de Televisão. A emissora encampou abertamente uma cruzada pelo empreendedorismo. Todos os dias, em algum momento de sua programação, veicula-se o informe publicitário, com algumas das seguintes palavras de ordem: “vae, vae, que o seu sonho pode acontecer”, “vae, vae ter perrengue, mas dá para fazer”, “vamos ativar o empreendedorismo”.

¹ Trabalho apresentado no GT 05 – Precarização: transformações e crises nas relações sociais do trabalho do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota no período de 8 a 16 de outubro de 2020.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS, e-mail: rogecarlos@gmail.com

³ VAE é a sigla do conteúdo publicitário do anunciante, em parceria com o portal G1 da Rede Globo. Significa “Vamos ativar o empreendedorismo”, que, num jogo de sonoridade das palavras (vae/vai), conclama as pessoas ao empreendedorismo. Disponível em: <<https://vae.g1.globo.com/especial-publicitario/>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.



Quando os supostos casos dos empreendedores bem-sucedidos da campanha em tela ressaltam o esforço e as ideias inovadoras desses sujeitos vencedores ou guerreiros, não podemos negligenciar que, implicitamente a essa narrativa, há uma culpabilização às pessoas pelos seus fracassos, por estarem desempregadas, por perecerem em vida. O ideário neoliberal afirma as iniciativas individuais e atomizadas como receitas do sucesso.

Não bastassem os problemas que já nos assolavam, a crise sanitária de proporções planetárias desencadeada pelo novo coronavírus⁴ escancarou as sempre atenuadas e inconvenientes diferenças e desigualdades sociais. O desemprego estrutural se agravou devido às necessárias medidas de isolamento social, empurrando centenas de milhares de corpos a uma existência precária, ratificando que, “com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*), aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*) (MARX, 2004b, p. 80)”. As coisas aludidas nunca estiveram tão valorizadas.

No Brasil, país periférico, os dados do segundo trimestre móvel da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵, revelam-nos os seguintes números: a) 12,8 milhões de desocupados/desempregados, b) 31,9 milhões de pessoas que compõem a população subutilizada, e c) 30,8 milhões de trabalhadores informais. Ainda de acordo com o IBGE, cerca de 5,7 milhões de pessoas estão na condição de desalento⁶.

Também foi observado o crescimento do número de entregadores de aplicativos, especialmente durante a pandemia da covid-19. No mês de março de 2020, somente a plataforma digital *iFood*⁷, empresa do ramo de entregas e presente

⁴ O Sars-CoV-2 que originou a pandemia de Covid-19 (*coronavirus disease* 2019), é um novo vírus do grupo corona, cuja doença infecciosa provocada começou o contágio por meio do território chinês. No momento de conclusão desse texto, mais de 156 mil pessoas haviam morrido em decorrência dessa doença. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/coronavirus/noticia/covid-19-brasil-tem-661-mortes-nas-ultimas-24h-total-ultrapassa-154-mil/98089>> Acesso em: 25 de outubro de 2020.

⁵ PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 13,3% e taxa de subutilização é de 29,1% no trimestre encerrado em junho de 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28478-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-1-no-trimestre-encerrado-em-junho-de-2020>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.

⁶ Segundo o IBGE, o desalento é a subutilização da força de trabalho potencial, cuja principal característica é a desistência de procurar um emprego, podendo afetar tanto jovens sem experiência quanto pessoas mais velhas com experiência, além do gênero feminino com prole. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21318-o-desalento-das-pessoas-que-desistiram-de-procurar-trabalho>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.

⁷ O *iFood* é uma empresa de tecnologia brasileira (capital fechado) que, desde a sua fundação em 2011, atua no ramo de entregas de alimentos pela internet. É a líder desse segmento na América Latina, presente no México, na Argentina e na Colômbia.



em mais de mil cidades brasileiras, registrou 175 mil inscrições de entregadores no aplicativo⁸. Ainda existem outras, como *Uber Eats*, *Rappy*, *Bee*, *James* etc., as quais também tiveram um aumento exponencial no mesmo período.

Evidenciamos que as tecnologias tão celebradas, e que nos conectam, facilitam em muitos casos as nossas vidas, mas também redimensionam a sociabilidade, como nos diz Mbembe (2017), quando afirma que o digital se impregnou em todas as instâncias da vida social, a tela se tornou um simulacro da vida e tudo se passa nela.

Portanto, as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) também estão no cerne das transformações da organização do trabalho, sobretudo na esfera dos serviços, na qual a precariedade é a marca de muitas atividades nesse setor que abrange a economia informal. O processo em voga vem sendo chamado de uberização (ALVES, 2019; ANTUNES, 2018; FILGUEIRA; ANTUNES, 2020; GAIA, 2019) ou plataformização do trabalho (GROHMANN, 2020).

O corpo como empreendimento mostra-se em seu caráter socialmente necessário ao *modus operandi* das plataformas digitais, que incentivam essas ideias, às quais iremos nos referir como empreendedorismo de subsistência. Porém, para muitas pessoas ativarem o empreendedorismo, a contrapartida são os seus corpos e a força de trabalho inerente.

Partindo dessas premissas, o objetivo do presente texto é tão-somente suscitar algumas reflexões que possam contribuir ao debate sobre o trabalho contemporâneo e a condição de precariedade da vida imposta a centenas de milhares de corpos sob a falácia do empreendedorismo.

Corpos e vidas imersas na precariedade

Transcorridas quase duas décadas do século XXI, o semblante do anjo da história, como descrito por Benjamin (2012), está ainda mais perplexo, uma vez que, ontem como hoje, nós continuamos a ver uma cadeia de acontecimentos, quando na realidade há catástrofe e as ruínas se acumulam até o céu, enquanto a tempestade inexorável do progresso impele o anjo ao futuro, ao qual ele volta as costas. Atingimos patamares outrora inimagináveis, consolidados pela ciência e tecnologia (robótica,

⁸ Número de entregadores de aplicativo cresce após covid-19. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/numero-de-entregadores-de-aplicativo-cresce-apos-covid-19,a260720f923439424d686333ed8d32ee9arc7ofd.html>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.



inteligência artificial – AI, internet das coisas, impressão 3D, indústria 4.0, plataformas digitais, Big Data etc.).

No alvorecer da era digital, a dominação social inerente ao capitalismo encontra o terreno propício aos seus intentos de ampliação do capital em suas relações com o mercado e o neoliberalismo. Afinal, “o saber que é poder não conhece barreira alguma, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 18). O mercado é o senhor do mundo, e os dados se tornaram ativos rentáveis na era digital. Contudo, lembremos que

a própria linguagem dos ideólogos da globalização se reveste de um tipo de antropomorfismo que obscurece sua natureza essencial. Por exemplo, a própria noção de que ‘o mercado exige’ é absurda. O ‘mercado’ não faz nada disso. Só determinadas pessoas organizadas em classe (como os executivos de empresas) e instituições econômicas (diretores do FMI) exigem – em nome do mercado – políticas econômicas favoráveis a seus interesses (PETRAS, 1999, p. 31).

De acordo com Morozov (2018), encontramos-nos sob a égide do *capitalismo dadocêntrico*; ou seja, os dados mobilizam os interesses dos investidores de risco no mercado. A expansão da Uber⁹, a partir de fundos de capitais de risco, cuja capitalização foi avaliada em 70 bilhões de dólares, exemplifica a força dessas empresas de tecnologia, muitas das quais são sediadas no Vale do Silício.

Para a discussão aqui proposta, situaremos o contexto do capitalismo a partir da década de 70 do século XX, quando foram implementadas as políticas liberalizantes, marcadas por privatizações, desregulamentações e desmantelamento dos direitos sociais e democráticos conquistados historicamente (CHESNAIS, 1996). O ponto de inflexão ao padrão de acumulação fordista ocorre no seio da revolução informacional pautada no desenvolvimento da microeletrônica introduzida à base técnica do trabalho (LOJKINE, 1995). Ascende um novo paradigma produtivo, a saber:

a acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente

⁹ A Uber Technologies Inc. é uma empresa multinacional de tecnologia, fundada em 2009, no Vale do Silício (EUA), que presta serviços de transporte, análogos ao táxi convencional, através de mediação tecnológica digital (plataforma digital), de forma que o cliente/usuário pode acessar o aplicativo por meio do smartphone e solicitar um motorista/usuário, usando-se do sistema de localização.



intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2011, p. 140).

A flexibilidade aludida não é necessariamente uma qualidade, haja vista que se correlaciona à precariedade. Em suma, a rigidez do período fordista e a segurança do trabalho e das políticas do Estado de bem-estar social no período pós-guerra foram substituídas paulatinamente pela

[...] desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço. A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável (BOURDIEU, 1998, p. 120).

O mundo do trabalho sofreu um abalo em suas bases devido ao caráter volátil do capital financeiro, da competitividade exacerbada e de margens de lucros restritas preparando o terreno fértil para minar o poder e influência dos sindicatos. Este fator, associado ao enorme contingente de desempregados e subocupados, permitiu submeter estes a regimes e contratos de trabalho flexíveis (HARVEY, 2011).

Esse processo intensifica-se atualmente, sendo o corpo considerado empreendimento, um corpo submisso, derrotado, pressionado e sem expectativas, preso à imediatidade; em suma, imerso na precariedade. Os trabalhadores de plataformas digitais ou aplicativos, que envolvem diaristas, professores, entregadores (motoboys ou *bikers*), motoristas, entre outros, cumprem essa sentença. Cabe reiterarmos que a designação do termo trabalho na sua acepção moderna deriva da palavra latina *labor*, que significa sofrimento, cansaço e fadiga. Não obstante os avanços científicos e tecnológicos atingidos e todo conhecimento e produção material acumulados historicamente, há um contingente significativo de homens e mulheres “[...] condenados à precariedade e à insegurança de um emprego instável e ameaçados de relegação na indignidade do desemprego [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 142).

Os *bikers*-entregadores de aplicativos compõem um segmento que utiliza a bicicleta como um dos seus instrumentos de trabalho (além do celular tipo *smartphone* e da bag). O empreendedorismo proclamado apenas oculta que “a existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra



mercadoria” (MARX, 2004, p. 24). A precariedade da vida é inerente à reificação dos sujeitos. As plataformas digitais, sob o entusiasmo disruptivo, não cumprem suas promessas de autonomia e liberdade.

Tomando a realidade nacional, a partir de São Paulo, a média diária percorrida pelos *bikers*-entregadores, por exemplo, é de 40 quilômetros; e 57% dos 270 sujeitos que participaram, em 2019, de uma pesquisa da Aliança Bike¹⁰ trabalhavam os sete dias da semana (ALIANÇA BIKE, 2019). Segundo Antunes (2018), confirma-se a expansão de um novo proletariado de serviços, levando os sujeitos a um estado de escravidão digital em pleno século XXI (ANTUNES, 2018).

Apesar de realizarem o chamado trabalho virtual – mediado por tecnologias digitais – suas características correspondem aos infoproletários (ANTUNES, 2009), que atuam no terceiro setor sob uma lógica flexível e toyotizada e do cibertariado (HUWS, 2017), realizando um trabalho com traços de virtualidade, num mundo real. Aqui, as considerações de Standing (2020) a respeito da ausência de uma identidade no trabalho, como um dos elementos constitutivos da nova classe por ele denominada de precariado¹¹, são cabíveis a esses trabalhadores e às condições que lhes são impostas.

As empresas de tecnologias – assim elas se autodenominam para burlar as relações empregatícias –, por meio do algoritmo, conseguem estabelecer uma elevada capacidade de controlar o trabalhador de forma onipresente. Afinal, estarmos conectados às tecnologias digitais implica deixarmos nossos rastros à disposição, não restando dúvidas de que

[...] as empresas do Vale do Silício estão construindo o que chamo de ‘cerca invisível de arame farpado’ ao redor de nossas vidas. Elas nos prometem liberdade, mais abertura, mais mobilidade; dizem que podemos circular onde e quando quisermos. Porém, o tipo de emancipação que de fato obtemos é falsa; é a emancipação de um criminoso que foi recém-libertado, mas que ainda está usando uma tornozeleira (MOROZOV, 2018, p. 31).

O trabalhador livre e as condições assinaladas por Marx (2002), a partir do trabalho produtivo, ganham, no contexto atual, uma condição ainda mais reificadora sobre a força de trabalho. Em outras palavras, as centenas de milhares de corpos

¹⁰ Associação Brasileira do Setor de Bicicletas – Aliança Bike.

¹¹ Concordamos com muitos argumentos de Standing (2020) a respeito do precariado, porém acompanhamos a perspectiva de Braga (2017), no sentido de que o precariado não se constitui numa nova classe social.



produtivos desocupados, subocupados e em desalento tomam a aparência de liberdade no discurso do empreendedorismo, pela própria liberdade. Buscando uma atualização da reflexão de Georg Lukács sobre o trabalho produtivo, podemos afirmar que o trabalho digital, como uma progressão da racionalidade, impõe a falta de vontade, de forma que o caráter ativo do trabalho é suprimido ao aspecto contemplativo.

A atitude contemplativa diante de um processo mecanicamente conforme as leis e que se desenrola independentemente da consciência e sem a influência possível de uma atividade humana, ou seja, que se manifesta como um sistema acabado e fechado, transforma também as categorias fundamentais da atitude imediata dos homens em relação ao mundo: reduz o espaço e o tempo a um mesmo denominador e o tempo ao nível do espaço (LUKÁCS, 2003, p. 204).

A definição marxiana de força de trabalho apreende-a como um conjunto de capacidades físicas e intelectuais que os seres humanos têm em seus corpos e personalidade, colocando-as em ação no processo de trabalho (MARX, 2002). Obviamente, Marx, em sua análise, tinha como empiria o trabalho realizado pelos operários/proletários, ou seja, o trabalho produtivo nas indústrias da sua época histórica.

Entretanto, o que há no contexto atual, nessa imbricação entre as formas de trabalho, produtivo/improdutivo, material/imaterial, intelectual/manual, analógico/digital que podem relacionar-se com o conceito de força de trabalho sob as condições contemplativas em face das tecnologias digitais? Portanto,

a teoria do valor-trabalho é o nó que está no centro da conceituação de Marx do capitalismo como uma relação social. Ela une integralmente três coisas: a necessidade de subsistência dos trabalhadores, seu trabalho e a mais-valia expropriada dos resultados desse trabalho, sem as quais o capital não pode ser acumulado ou o capitalismo se perpetuar (HUWS, 2017, p. 322).

A partir de *insights* do feminismo, Ursula Huws (2017) propõe uma tipologia interessante das modalidades de trabalho atualmente imbricadas. A saber:



	Trabalho remunerado	Trabalho não remunerado
Reprodutivo (produtivo para a sociedade/capitalismo em geral)	A Administração e serviços públicos (incluindo ONGs); serviços privados oferecidos individualmente	B Trabalho doméstico (cuidado de crianças, manutenção do lar etc., incluindo atividades culturais não mercantis)
Diretamente produtivo (para empresas capitalistas individuais)	C Produção de mercadorias, incluindo distribuição	D Trabalho de consumo

Tabela 1: Trabalho – uma tipologia em diagrama (HUWS, 2017, p.325)

O trabalho dos *bikers*-entregadores de aplicativos conforma-se à tipologia do quadrante C, uma vez que não se trata do trabalho produtivo em termos clássicos, mas é diretamente produtivo ao processo produção-circulação-consumo. Segundo Huws (2017), poucas atividades econômicas prescindem do trabalho digital na atualidade, sendo muito difícil distingui-las. No caso dos entregadores de aplicativos, a dimensão do seu trabalho digital manifesta-se no fato de ficar *on-line* para a plataforma digital, que faz a mediação entre o consumidor e a empresa, sendo a atividade de entrega relacionada à distribuição.

Há poucos empregos que não exigem dos trabalhadores que tragam seus próprios conhecimentos, discernimento e inteligência para a atividade em questão, e são ainda menos numerosos os trabalhos que não envolvem alguma atividade física, mesmo que seja apenas falar, ouvir, observar uma tela ou bater em teclas (HUWS, 2017, p. 330).

Mas no caso de uma atividade em que a execução da tarefa é determinada, ou seja, a rota é estabelecida pelo *Global Positioning System* (GPS), o chamado é feito por combinações algorítmicas, e o tempo de entrega também é pré-determinado. Sendo assim, qual a liberdade? O conhecimento e a inteligência dos entregadores de aplicativos ficam subordinados a um controle virtual, porém real. Não restam dúvidas de que o trabalho digital realizado requer um nível razoável de aptidão física dos *bikers*-entregadores de aplicativos. A esse respeito inferimos que

os processos de trabalho ativo que residem em potencial na força de trabalho dos homens são tão diversos quanto ao tipo, modo de desempenho etc. que para todos os fins práticos podem ser considerados infinitos, tanto mais que novos modos de trabalho podem ser facilmente criados mais rapidamente do que serem explorados. O capitalista acha nesse caráter infinitamente plástico do trabalho



humano o recurso essencial para a expansão do seu capital (BRAVERMAN, 1980, p. 57).

A plasticidade e a capacidade de exploração dos corpos pelo capital encontraram, pela sobreposição dos diversos processos de trabalho mediado por tecnologias digitais no capitalismo contemporâneo (seja uberização ou plataformização do trabalho), aliados para sua expansão ilimitada. Somos conduzidos a uma provocação de Jameson (2001), que nos alerta para o fato de o capitalismo ser esvaziado de *telos* ou quaisquer objetivos sociais.

O digital invadiu a vida social a ponto de dar novos contornos à sociabilidade. O mundo do trabalho não ficaria imune às interfaces tecnológicas digitais cada vez mais complexas. Contudo, discordamos de Schwab (2016), quando faz apologia ao advento de uma quarta revolução industrial, pois a mudança sistemática e profunda vislumbrada é, na realidade, um desdobramento da revolução informacional ou terceira revolução industrial. O teor da microeletrônica segue em aperfeiçoamento; até porque, “de fato, a revolução industrial não foi um episódio com um princípio e um fim. Não tem sentido se perguntar quando se ‘completou’, pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então” (HOBBSAWM, 2010, p. 60).

Entretanto, as transformações tecnológicas não estão *pari passu* à emancipação humana. A essência da dominação social em qualquer época do capitalismo confirma que

a sociedade industrial, que faz da tecnologia e da ciência suas propriedades, está organizada para a dominação cada vez mais efetiva do homem e da natureza, para a utilização cada vez mais efetiva de seus recursos. Ele se torna irracional quando o sucesso desses esforços abre novas dimensões para a realização humana (MARCUSE, 2015, p.54).

A dignidade humana no trabalho e fora do trabalho não é atributo da era digital. Ao contrário, fragilizam-se as legislações protetivas do trabalho e cresce exponencialmente a informalidade, fenômeno observado, inclusive, nos países do Norte, além de ressurgirem formas retrógradas de exploração do trabalho (LARANGEIRA, 2002). Confirmando que uma nova forma de organização do trabalho embora predomine, ela não elimina sumariamente sua antecessora. As combinações entre taylorismo-fordismo e acumulação flexível, conforme se visualiza no trabalho



produtivo nas minas e empresas de tecnologia, na África, Ásia e América Latina, são um exemplo disso (ANTUNES, 2018; HUWS, 2017).

Na pandemia, a exposição dos entregadores de aplicativos e a sua (des) necessidade foram relevantes ao êxito do comércio eletrônico. A economia sempre abordada de forma abstrata movimentou, por meio dos serviços que utilizam a interface digital, um volume considerável de recursos com uma ampliação exponencial da modalidade *delivery*.

Esse fenômeno se dá justamente quando, “do ponto de vista técnico, a utilização das TICs na gestão do trabalho torna a identificação e a efetivação de direitos aos/às trabalhadores/as mais fácil do que em qualquer outro período da história (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020, p. 60)”. Considerando o nível de desenvolvimento econômico dos países e as disparidades continentais, permanece válida a tônica da incongruência civilizatória que não vislumbra quaisquer horizontes emancipatórios, quando os meios que tornariam isso possível nunca foram tão evidentes, porque

a ideologia hodierna reside em que a produção e o consumo reproduzem e justificam a dominação. Mas o seu caráter ideológico não altera o fato de que os seus benefícios são reais. A repressividade do todo reside em alto grau na sua eficácia: amplia as perspectivas da cultura material, facilita a obtenção das necessidades da vida, torna o conforto e o luxo mais baratos, atrai áreas cada vez mais vastas para a órbita da indústria – enquanto, ao mesmo tempo, apoia e encoraja a labuta e a destruição. O indivíduo paga com o sacrifício do seu tempo, de sua consciência, de seus sonhos; a civilização paga com o sacrifício de suas próprias promessas de liberdade, justiça e paz para todos (MARCUSE, 1999, p. 99).

Parece-nos que não há muitas alternativas à destruição dos postos de trabalho tradicionais e ao surgimento de ocupações de trabalho digital lastradas na precariedade. Todavia,

é certo que uma parcela de ‘novos trabalhos’ será criada entre aqueles com mais ‘aptidões’, mais ‘inteligência’, mais ‘capacitações’ (para recordar o ideário empresarial), amplificando o caráter de segregação societal existente. Contudo, é impossível não deixar de alertar, com todas as letras, que as precarizações, as ‘subutilizações’, o subemprego e o desemprego tenderão a aumentar celeremente (ANTUNES, 2020, p. 15).

O sonho brasileiro para o enfrentamento ao desemprego estrutural vendido como a alternativa milagrosa é ativar o empreendedorismo e ser feliz. O que soa como



algo inofensivo é, na realidade, um tanto pernicioso e cruel, com impactos na subjetividade e corporalidade de centenas de milhares de pessoas, que foram alijadas do trabalho formal ou dos que dificilmente irão experienciar essa forma de empregabilidade.

Não por acaso, é significativo o número de microempreendedores individuais (MEIs) cancelados pela Receita Federal por inadimplência ou que se retiram dessa condição junto ao Portal do Empreendedor do Governo Federal. A armadilha do empreendedorismo de subsistência é incentivada pelo Estado. Mas o que é ser um empreendedor de fato? Para Schumpeter (1985), um clássico da teoria econômica sobre essa questão, empreender é a capacidade de inovação com potencial de provocar mudanças profundas nos setores econômicos. É necessário ponderarmos sobre essa inclinação irremediável à tecnologia como resposta. Morozov (2018) adverte-nos de que a não reflexão em torno da assimilação do discurso tecnológico implica a assunção, em alguns casos involuntária, do que há de mais nefasto capitaneado pelo neoliberalismo.

O mote de ações neoliberais provocou uma destruição massiva de forças produtivas, sendo o desemprego estrutural, os postos de trabalho parciais, temporários e precários, baseados em subcontratos, além do enfraquecimento das entidades sindicais e os rarefeitos aumentos salariais, alguns dos traços que caracterizam o período pós-fordista (LARANGEIRA, 2002).

Frente ao desemprego estrutural, as plataformas digitais/empresas de tecnologia/*startups* têm a solução: o trabalhador tornar-se seu próprio chefe. Para os corpos lançados à desocupação, subutilização e desalento, é tentadora essa proposta; algo assim como o canto da sereia. As empresas de tecnologia apreenderam o que Bourdieu (1998) constatou como a sacralização do poder do mercado, sendo as regulamentações que outrora asseguravam direitos aos trabalhadores destroçadas em nome da liberdade econômica.

O neoliberalismo aprofunda as desigualdades sociais. Os corpos como empreendimento arriscam-se sob o preço da integridade física, sendo comum os acidentes de trânsito, que, em alguns casos, deixam sequelas ou são fatais. Os chefes de si, arriscam-se para as entregas a fim de cumprir as tarefas em busca de uma boa reputação, enfrentando na linha de frente o risco de contágio do novo coronavírus.



Exploração e autoexploração do trabalho digital

Uma cena já frequente mesmo antes da pandemia era a circulação de jovens trafegando pelas vias dos centros urbanos, com seus instrumentos de trabalho, bag (sacola térmica), celular (tipo *smartphone*) e bicicleta ou motocicleta. Esses trabalhadores estão no limiar entre o uso da tecnologia e o trabalho manual; eles situam-se entre a lógica da exploração do trabalho e a autoexploração, ao que Han (2015) denominou de pressão por desempenho. A pressão é tanto externa quanto interna. Isso quer dizer que as repercussões se dão objetiva e subjetivamente. Desta forma, tais trabalhadores submetem-se aos dissabores de uma parassubordinação, que não lhes assegura a proteção e direitos trabalhistas por não se enquadrarem nas premissas do trabalho subordinado (ALVES, 2019).

Por aqui nunca se experienciaram as conquistas das políticas do Estado de bem-estar social, embora ações organizadas dos trabalhadores por meio dos sindicatos tenham obtido algumas conquistas históricas, que estão sendo esfaceladas nos últimos anos. Destacam-se o recente pacote de medidas e ajustes econômicos ultra neoliberais, expressos a seguir: a) a Lei nº 13.429/2017¹², conhecida como Lei da Terceirização; b) a (contra) Reforma Trabalhista, expressa na Lei nº 13.467/2017¹³, que alterou o teor da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943; e c) a Reforma da Previdência, esta efetivada por meio da Emenda Constitucional nº 103/2019¹⁴.

Coincidência ou não, é nesse cenário difuso e contraditório que se evoca o estatuto do empreendedorismo como algo natural; afinal de contas, todos “são empresários de si mesmos” (HAN, 2015, p. 23). De acordo com Schumpeter (1985), o empreendedor tem a capacidade criativa para fomentar o desenvolvimento econômico, usando-se de sua inventividade e inovação, combinando os meios produtivos já existentes.

Os dados do IBGE, como já assinalados, indicam a tendência que ratifica o desemprego estrutural, além de uma adesão por necessidade às plataformas digitais, que se tornam atraentes para esse contingente significativo da população brasileira e

¹² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm> Acesso em: 29 de março de 2020.

¹³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm> Acesso em: 29 de março de 2020.

¹⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm> Acesso em: 29 de março de 2020.



seus corpos em condições de existência precária. Num dos aplicativos para entregadores¹⁵, a interface é assim apresentada: “Controle seu tempo e aumente sua renda”, ou “Fique disponível para entregar quando você decidir. Você é seu próprio chefe”. Mas essa é uma promessa ilusória, como nos lembrará Richard Sennett, quando diz que “o tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder” (SENNETT, 2006, p. 69). A flexibilidade em foco é a capacidade de se moldar às circunstâncias precárias e a submissão a um simulacro de liberdade.

Estamos num momento de mudança paradigmática, saindo de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de desempenho, cuja marca patente é a permanência de um desejo pela maximização produtiva que habita o inconsciente social. Contudo, a disciplina não é abolida, mas sim incorporada ao *ethos* do desempenho que passa a vigorar (HAN, 2015).

Se tornam evidentes os impactos dessa lógica na corporalidade e subjetividade das pessoas. Considerando as ponderações de Han (2015) sobre o desempenho como fator de maior produção, também não podemos negligenciar que

[...] o corpo não se emancipa da disciplina do capital, mas constitui-se uma nova relação psicocorporal, que busca preservar um componente das sociedades do capital, sejam elas modernas ou pós-modernas: um corpo útil, produtivo e submisso (ALVES, 2005, p. 422).

O emergir do sujeito de desempenho assinalado por Han (2015) perpassa pela tônica na qual “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2003, p. 118). Os corpos como empreendimento são aqueles que respondem com submissão e eficácia. Isso quer dizer que “o sujeito de desempenho continua disciplinado” (HAN, 2015, p. 26).

Execução de tarefas no tempo determinado, no caso aqui exposto, entregas de alimentos, remédios e compras de supermercado são atividades que fazem parte da rotina dos entregadores, motoboys ou *bikers*. Não há contrato de trabalho nem patrão, mas sim parceria; não se recebe salário, mas bonificações e gorjetas (dos clientes); a busca desenfreada para atender aos padrões de tempo e entrega a fim de obter boas avaliações (reputação) e a capacidade de ficar à disposição para o chamado algorítmico são fatores que definem o perfil e a distribuição das entregas de acordo

¹⁵ O citado aplicativo é o *iFood* para entregadores, disponível na *Play Store* correspondente ao sistema operacional de cada smartphone.



com o desempenho desse trabalhador ‘autônomo’, que não detém o controle do seu tempo, como apregoadado.

Os entregadores não têm contrato de trabalho, mas aderem como consumidores aos termos e condições de uso das plataformas digitais. Uma falsa autogestão subjaz ao empreendedorismo de subsistência, no qual o capital não renuncia ao controle que assegura sua reprodução (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020).

A ideologia neoliberal emergiu como a narrativa triunfante após a Guerra Fria, prevalecendo o mercado em detrimento da existência social numa redução do cidadão à identidade do consumidor (MOROZOV, 2018). Não por acaso, os entregadores, a exemplo de quem solicita algum produto pelo aplicativo, bem como, a empresa fornecedora do produto, são clientes e consomem o serviço oferecido nessa tríade empresa-consumidor-entregador mediada pelas tecnologias digitais.

O sujeito de desempenho não está livre da exploração externa, pois a submissão a si mesmo implica um potente processo de internalização disciplinar. O ruir das instâncias dominadoras de outrora não desconsideram a necessidade da obediência; a aparente liberdade é, de fato, o estabelecimento da coincidência entre liberdade e coerção (HAN, 2015).

Os entregadores e outras modalidades que englobam a precariedade do trabalho digital mediado por aplicativos são livres, mas ficam à disposição do chamado algorítmico, permanecem *online*, cumprem o estabelecido nos termos e condições de uso dos aplicativos e possibilitam uma padronização do seu perfil de entrega a partir dos dados fornecidos e da localização do GPS.

Chegamos a um nível de precarização do trabalho que causaria inveja às jornadas e condições de trabalho do século XIX, na fase orgiástica do capital (MARX, 2002). Estamos em outro tempo histórico, porém, persiste nas relações de trabalho contemporâneas a necessidade de exploração da mercadoria peculiar manifesta pelos seres humanos em seus corpos.

Na era informacional-digital, as jornadas de 10 e 12 horas, em seis ou sete dias na semana, são celebradas como mérito e conquista dos empreendedores de subsistência para a composição da sua renda mensal, sujeitos disciplinados e de desempenho, que são explorados e se autoexploram por necessidade, sob o signo de uma liberdade coagida; logo, uma não liberdade. No trabalho ou no tempo livre, a sujeição ao tempo abstrato é a expressão de uma paradoxal liberdade, que não mais



distingue o explorador do explorado (HAN, 2015). O neoliberalismo e seu ideário mercadológico incutiram a concepção de que

o tempo abstrato é uma variável independente, que constitui um quadro independente dentro do qual ocorrem movimentos, eventos e ações. Esse tempo é dividido em unidades iguais, constantes e não qualitativas (POSTONE, 2014, p. 234-235).

A individuação exacerbada e o pouco espaço para a solidariedade, dada a impessoalidade do algoritmo, geram insegurança, além de a própria flexibilização conformar uma identificação superficial entre esses trabalhadores, engendrando a “corrosão do caráter” no novo capitalismo, pois sua volatilidade baseada no individualismo e na indiferença apaga o senso de comunidade e de pertencimento, pelo cultivo de descartabilidade de tudo e de todos (SENNETT, 2006). Eles podem até esboçar solidariedade entre si, mas nos termos de constituição de uma organização de classe torna-se mais difícil esse vislumbre, uma vez que são chefes de si mesmos. Isso implica que

o capitalismo é um sistema de dominação abstrata e impessoal. Em relação a formas sociais anteriores, as pessoas parecem independentes; mas, na verdade, são sujeitas a um sistema de dominação social que não parece social, e sim ‘objetivo’ (POSTONE, 2014, p. 149).

Os entregadores, sujeitos cujos corpos são marcados simbolicamente pela *bag* colorida que carregam nas costas e pela cor da pele, como veremos adiante, normalmente vivem à margem e na invisibilidade social. Isso significa que são corpos desnecessários no sentido de serem concebidos como peças passíveis de reposição. Contraditoriamente, são socialmente necessários à manutenção da dominação social, uma vez que,

mesmo o capitalismo mais altamente organizado conserva a necessidade social de apropriação e distribuição privada do lucro como regulador da economia. Ou seja, continua a ligar a realização do interesse geral à dos interesses particulares. Ao fazê-lo, esse capitalismo continua a enfrentar o conflito entre o potencial crescente de pacificação da luta pela existência e a necessidade de intensificar essa luta; entre a progressiva ‘abolição do trabalho’ e a necessidade de preservar o trabalho como a fonte do lucro. O conflito perpetua a existência desumana daqueles que formam a base humana da pirâmide social – os marginalizados e os pobres, os desempregados e



os não empregáveis, as raças perseguidas pela cor, os confinados nas prisões e manicômios (MARCUSE, 2015, p. 84).

Uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo a fim de delinear o perfil dos *bikers*-entregadores de aplicativos (ALIANÇA BIKE, 2019) indicou dados relevantes sobre a situação desses sujeitos, dos quais destacamos os seguintes: a) 71% dos pesquisados eram negros (pretos e pardos); b) 24 anos foi a faixa etária média e c) 59% passaram a trabalhar como entregadores por estarem desempregados. Conflito, degradação e precariedade de vida se impõem como condições que afetam objetiva e subjetivamente os corpos que compõem a base da pirâmide social.

Considerações finais

O empreendedorismo de subsistência ao qual nos referimos teve uma intenção provocativa, pois não existe essa forma de empreender. MEIs, entregadores e outros trabalhadores autônomos ou vinculados às plataformas digitais são o elo frágil dessa cadeia. Em se tratando do Vale do Silício, a *Google*, o *Facebook* e a *Uber*, que inspiraram congêneres em outros continentes e países, a exemplo da brasileira *iFood*, são exemplos verdadeiros de empreendedorismo nos termos schumpeterianos, pois o caráter inovador dessas empresas de tecnologia – serviços oferecidos com base algorítmica e de rastreamento de dados – promoveu mudanças profundas nas relações entre capital, trabalho e mercado.

A ótica neoliberal até o momento triunfa no que se refere ao conflito capital *versus* trabalho, pois as desregulamentações e flexibilizações estão na ordem do dia. Corroboramos a afirmação de James Petras (1999) quando diz que

não são forças econômicas globais impessoais que estão operando aqui, mas uma estratégia econômica enraizada nos interesses da classe alta e das corporações. Essa estratégia, à qual nos referimos como neoliberalismo, tem o objetivo de transferir riqueza para cima, ao retirar ou diminuir os benefícios, proteções, regras de pagamento e de emprego, e enfraquecer organizações da classe trabalhadora características do período pós-guerra (PETRAS, 1999, p. 12).

Assim, para um Estado que busca eximir-se das responsabilidades e direitos sociais, o mercado como regulador é a bússola para a acumulação ilimitada. O preço não importa, desde que a segurança seja garantida aos investidores, ao custo da



precariedade das vidas e da devastação ambiental. A dominação social incorpora os elementos da exploração estatal e combina-os com a autoexploração dos sujeitos.

Diante de quadros ampliados de informalidade, desemprego e subocupações, os corpos são o empreendimento ainda viável para assegurar a manutenção da existência de muitas pessoas. Afinal, o trabalho digital e sua imaterialidade não podem prescindir do uso da força de trabalho contida neles. O pedido de um alimento, por exemplo, pode ser realizado através de um aplicativo. Aqui se apresenta o princípio do autosserviço mediado pelo virtual (HUWS, 2017). Mas para o produto solicitado chegar ao consumidor empoderado, é necessário o seu transporte e deslocamento por meio da força de trabalho dos *bikers*-entregadores, que juntamente com os motoboys, se colocaram na linha de frente durante a pandemia, revelando a dialética dos seus corpos supérfluos, porém, socialmente necessários.

No trabalho precário do setor de serviços na era digital, disciplina e desempenho não são excludentes, complementam-se nos corpos desses trabalhadores, cultivando a raiva, a anomia, a ansiedade e a alienação (Standing, 2020). A introjeção da obediência da sociedade disciplinar continua eficaz à pressão por desempenho da sociedade correspondente. Como esses sujeitos e seus corpos em precariedade podem se contrapor, resistir e se organizar para fazer frente ao poder emanado pelo neoliberalismo do Big Data? Seria o Movimento dos Entregadores Antifascistas¹⁶ a fagulha para uma possível organização desse precariado periférico em torno de uma referência identitária de classe? Até o próprio chefe pode se rebelar ao perceber que não chefia nada; ou melhor, que apenas encaminha sua corporalidade e sua existência para uma eufêmica forma de escravidão digital, sob a aparência de empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

¹⁶ O movimento Entregadores Antifascistas nasceu durante a pandemia, na cidade de São Paulo, para reivindicar melhores condições de trabalho, além de se contrapor às manifestações de extrema direita na capital paulista. Paulo Lima, o galo, um motoboy carismático e articulado, ganhou visibilidade como uma das lideranças do movimento, participando de *lives*, esclarecendo a sociedade sobre a exploração dos entregadores pelas plataformas digitais e a necessidade de unir e organizar a categoria.



ALIANÇA BIKE. **Perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo**. Portal da Associação do Setor de Bicicletas, São Paulo, jul. 2019. Disponível em: <<http://aliancabike.org.br/pesquisa-de-perfil-dos-entregadores-ciclistas-de-aplicativos>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.

ALVES, E. T. **Parassubordinação e uberização do trabalho**: algumas reflexões. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

ALVES, G. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. In: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. V. 3, nº 3, 2005. p. 409-428.

ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (orgs.) **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 231-238

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (org.), NOGUEIRA, A. M. et al. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 11-22.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 8ª ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. LEI Nº 13.429, DE 31 DE MARÇO DE 2017. **Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974**. Brasília, DF, março 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm> Acesso em: 29 de março de 2020.

_____. LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Brasília, DF, julho de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm> Acesso em: 29 de março de 2020.

_____. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019. **Altera o sistema de previdência social**. Brasília, DF, novembro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm> Acesso em: 29 de março de 2020.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1980.

CHESSNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.



FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, R. (org.), NOGUEIRA, A. M. et al. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 59-78.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, R. (org.), NOGUEIRA, A. M. et al. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 93-109.

G1. **VAE especial publicitário**. Disponível em: <<https://vae.g1.globo.com/especial-publicitario/>> Acesso em 20 de outubro de 2020.

HAN, B-C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21ª ed. Edições Loyola: São Paulo, 2011.

HOBBSBAWM, E. J. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUWS, U. **A formação do cibertariado**: trabalho virtual em um mundo real. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. O desalento das pessoas que desistiram de procurar trabalho. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21318-o-desalento-das-pessoas-que-desistiram-de-procurar-trabalho>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.

_____. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação é de 13,3% e taxa de subutilização é de 29,1% no trimestre encerrado em junho de 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28478-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-1-no-trimestre-encerrado-em-junho-de-2020>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.

JAMESON, F. Cultura e capital financeiro. In: **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001. p. 143-172.

LARANGEIRA, S. M. G. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4ª ed., rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 123-127.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARCUSE, H. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1999.

_____. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: EDIPRO, 2015.



MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, vol. 1. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona Editores Refratários, 2017.

MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

OLHAR DIGITAL. **Covid-19**: Brasil tem 434 mortes nas últimas 24h; total ultrapassa 156 mil. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/coronavirus/noticia/covid-19-brasil-tem-661-mortes-nas-ultimas-24h-total-ultrapassa-154-mil/98089>> Acesso em: 25 de outubro de 2020.

PETRAS, J. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

STANDING, G. **O precariado**: a nova classe perigosa. 1ª ed. 6ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

TERRA. **Número de entregadores de aplicativo cresce após covid-19**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/numero-de-entregadores-de-aplicativo-cresce-apos-covid-19,a260720f923439424d686333ed8d32ee9arc7ofd.html>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.